

Associação Mario Penna

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Conteúdo

Sumário

1. Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	3
2. Balanços Patrimoniais.....	4
3. Demonstrações de resultados.....	5
4. Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
5. Demonstrações do fluxo de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS

Exercício de 2025

Aos
Administradores e Conselheiros da
ASSOCIAÇÃO MÁRIO PENNA

Belo Horizonte/MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ASSOCIAÇÃO MÁRIO PENNA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do superávit ou déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASSOCIAÇÃO MÁRIO PENNA, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada 'Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras'. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante o exercício sob auditoria.

Belo Horizonte, 03 de março de 2026

CASTRO, SERRA, NIRDO AUDITORES INDEPENDENTES

CRC/MG 190

Ricardo do Amaral Fonseca
Contador CRC/MG 71.041

Juliano Ribeiro Zauli
Contador CRC/MG 77.421

ASSOCIAÇÃO MARIO PENNA



Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 31 de Dezembro 2024

Valores expressos em milhares de reais

ATIVO		2025	2024	PASSIVO		2025	2024
	<i>Nota</i>				<i>Nota</i>		
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	32.702	20.844	Empréstimos	12	18.518	17.352
Bancos e aplicações com restrição	17	157.216	34.504	Fornecedores	13	9.645	8.994
Contas a receber de Clientes	6	54.652	32.073	Obrigações trabalhistas e sociais	14	13.104	12.153
Estoques	7	14.865	12.482	Obrigações tributárias e outros	15	1.320	1.370
Adiantamentos	8	3.120	3.673	Adiantamento de clientes	16	711	1.984
Outros Valores a Receber	9	15.032	-	Subvenções e Convênios Governamentais	17	180.130	42.328
Outros ativos circulantes		423	1.130	Arrendamentos		584	318
Total do ativo circulante		278.011	104.706	Outros circulantes		4	17
				Total do passivo circulante		224.017	84.515
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais		436	386	Empréstimos	12	101.563	71.371
Imobilizado	10	173.899	101.399	Fornecedores	13	253	726
Imobilizado com Restrição	10	30.733	18.686	Obrigações tributárias e outros	15	94	611
Intangível	10	411	453	Subvenções e Convênios Governamentais	17	7.944	11.024
Intangível com restrição	10	126	162	Provisão para perdas e contingencias	18	10.611	3.836
Investimentos	11	2.984	25.382	Arrendamentos		1.562	2.388
Outros valores a receber	9	3.758	-	Total do passivo não circulante		122.027	89.956
Outros		2.166	1.568				
Total do ativo não circulante		214.512	148.036	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Patrimonio social	20	78.271	31.724
TOTAL DO ATIVO		492.523	252.742	Superavit/Deficit do exercício		68.209	46.547
				Total do patrimônio líquido		146.480	78.271
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		492.523	252.742

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Resultados dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e de 31 de Dezembro 2024

Valores expressos em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Prestação de serviços hospitalares		210.297	189.844
Subvenções, convênios e projetos		158.852	113.037
Doações		28.285	33.131
Outras Receitas		8.141	9.365
Imunidade e isenções tributárias		63.130	50.737
Total das receitas	21	468.704	396.115
Custo dos serviços prestados	22	(300.140)	(257.809)
Superávit Bruto		168.563	138.306
Provisões para perdas		(10.134)	(7.813)
Comunicação, marketing e Call center		(3.597)	(9.492)
Depreciações e amortizações		(9.326)	(8.249)
Imunidade e isenções tributárias	23	(63.130)	(50.737)
Outras despesas administrativas		(3.560)	(3.421)
		(89.747)	(79.712)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos.		78.817	58.594
Receitas financeiras		4.975	1.146
Despesas financeiras		(15.583)	(13.193)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	24	(10.608)	(12.046)
Resultado do período		68.209	46.547

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Balancetes Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 31 de Dezembro 2024**Valores expressos em milhares de reais**

Descrição	Patrimônio social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superavit / Deficit Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(33.245)	58.766	52.750	78.271
Ajustes de avaliação Patrimonial		(2.729)	2.729	-
Superavit / (-) Deficit do exercício			68.209	68.209
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(33.245)	56.037	123.687	146.480

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO MÁRIO PENNA

Demonstrações dos fluxos de caixa



Balancetes Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 31 de Dezembro 2024

Valores expressos em reais mil

	2025	2024
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Superavit / Deficit do período	68.209	46.547
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Juros incorridos s/empréstimos	14.498	11.916
Depreciação e amortização do imobilizado	9.326	8.249
Provisão para perdas	10.134	7.813
	<u>102.167</u>	<u>74.525</u>
Redução (aumento) nos ativos:		
Bancos e aplicações com restrições	(122.712)	(16.218)
Contas a receber de clientes	(22.579)	(2.498)
Estoques	(2.383)	(4.063)
Adiantamentos	553	(988)
Depósitos judiciais	(50)	1.761
Fundação Mario Penna - Mútuo	-	2.913
Outros Valores a Receber	(18.789)	-
Outros	109	433
	<u>(165.853)</u>	<u>(18.660)</u>
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	178	(12.673)
Obrigações trabalhistas e sociais	951	(984)
Obrigações tributárias	(566)	(1.767)
Adiantamento de clientes	(1.273)	59
Subvenções e Convênios Governamentais	134.723	17.975
Arrendamentos	(560)	1
Provisão para perdas e contingências	(3.359)	(6.864)
Outros passivos	(13)	(63)
	<u>130.081</u>	<u>(4.314)</u>
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	66.395	51.551
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizados	(93.795)	(17.878)
Investimentos	22.398	1.451
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimento	(71.397)	(16.427)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		
Obtenção de empréstimos	50.000	700
Amortização de empréstimos	(33.140)	(26.253)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamento	16.860	(25.553)
Aumento no caixa e equivalentes	11.857	9.571
Disponibilidades no início do exercício	20.844	11.274
Disponibilidades no final do exercício	<u>32.702</u>	<u>20.844</u>
Aumento no caixa e equivalentes	11.857	9.571

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional

A Associação Mário Penna é uma entidade sem fins lucrativos com sede e foro na cidade de Belo Horizonte/MG, fundada em junho de 1971, com declaração de utilidade pública municipal e federal e com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde – CEBAS, que a certifica como entidade beneficente de assistência social com a finalidade de prestação de serviços na área de saúde. A associação tem por finalidade coordenar, orientar, incentivar, promover e desenvolver recursos assistenciais em pesquisa, prevenção e combate ao câncer, bem como em outras especialidades médicas, prestar serviços hospitalares e ambulatoriais com esse objetivo ou afins e, no mesmo sentido, colaborar com outras instituições congêneres e com o Poder Público. A estrutura da associação é constituída pelas unidades abaixo apresentadas:

Hospital Luxemburgo - HL – Hospital com mais de 38 anos oferece atendimento a pacientes oriundos do Sistema Único de Saúde - SUS, pacientes particulares e conveniados as principais operadoras e seguradoras de saúde. A unidade é uma das três instituições de saúde de Minas Gerais com classificação emitida pelo Ministério da Saúde como Centro de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia – CACON.

Transformação do Hospital Luxemburgo em Unidade 100% SUS - Em outubro de 2024, a Associação Mário Penna iniciou a transformação do Hospital Luxemburgo em uma unidade 100% dedicada ao Sistema Único de Saúde (SUS), conforme divulgado na Portaria GM/MS Nº 5.495 no Diário Oficial da União. Esta mudança, apoiada pelo Ministério da Saúde e pelas Secretarias Estadual e Municipal de Saúde, prevê a expansão de leitos SUS de 216 para 296, com possibilidade de chegar a 350, e a inclusão de novas especialidades médicas, como Cardiologia e Neurologia, entre outras. A transição visa fortalecer a missão do Instituto de oferecer cuidados de saúde de alta qualidade a pacientes em situação de vulnerabilidade, e a conclusão das adaptações está prevista para o ano de 2026.

Casa de Apoio Beatriz Ferraz – CABF – Unidade instituída em 2006, a partir da unificação dos lares Célia Janotti e Januário Carneiro, destinada ao acolhimento de pacientes adultos em situação de vulnerabilidade social, diagnosticados com câncer e, em sua maioria, provenientes do interior de Minas Gerais, que se encontram em tratamento em alguma das unidades da Associação Mário Penna. No local são disponibilizadas atendimentos psicológicos, alimentação, atividades de lazer e recreação, biblioteca, sala de relaxamento, salas de televisão, além de equipe assistencial 24 horas. Também é oferecido transporte de ida e volta para as unidades do Instituto, garantindo suporte integral durante o período de tratamento.

Núcleo de Especialidades Oncológicas – NEO – Unidade inserida na estrutura do HL, destinada exclusivamente ao atendimento ambulatorial oncológico de pacientes do SUS. Trata-se de uma estrutura instituída em decorrência do fechamento do Hospital Mário Penna, sendo os pacientes anteriormente atendidos naquela unidade redirecionados para o NEO.

Núcleo de Ensino, Pesquisa e Inovação Mario Penna – (antigo Instituto de Ensino e Pesquisa e Inovação – IEPI) - Unidade referência em inovação científica, impulsionando pesquisas e desenvolvendo novas estratégias para diagnóstico e tratamento oncológico.

Núcleo de Excelência Em Saúde Mário Penna - NEXS – Unidade ambulatorial construída com a finalidade de proporcionar excelência no atendimento de várias especialidades médicas com o foco em oncologia, além de proporcionar mais comodidade e agilidade nos diagnósticos e tratamentos daqueles que cuidamos com tanta dedicação há 54 anos. São 19 consultórios ambulatoriais oncológicos, 75 lugares de espera, 20 cadeiras para quimioterapia e oferta de vários exames de imagem.

Nova Unidade - Hospital Raja - Para garantir a continuidade e a sustentabilidade deste modelo e como parte da estratégia institucional, o IMP anunciou a implantação da nova unidade hospitalar na Avenida Raja Gabaglia. Com a conclusão do processo de transição do Hospital Luxemburgo para atendimento 100% SUS, a nova unidade passará a absorver a demanda proveniente da saúde suplementar e de pacientes particulares, assegurando a continuidade dos serviços e a manutenção dos princípios que norteiam a Rede Mário Penna. A estrutura prevista contempla cerca de 200 leitos, com atuação de corpo clínico e equipe multidisciplinar altamente qualificados, além da disponibilização de serviços de diagnóstico por imagem em sua integralidade.

Nova Unidade - Hospital Regional de Teófilo Otoni – Em 1º de março de 2023, o Instituto Mário Penna ganhou, por meio de licitação, a concessão para administrar o Hospital Regional de Teófilo Otoni, localizado no Vale do Mucuri. A unidade atenderá a macrorregião Nordeste de MG, beneficiando uma população superior a 700 mil habitantes.

Após a conclusão das obras, o hospital contará com cerca de 430 leitos, sendo 30 de UTI adulto e 25 de UTI neonatal. A proposta é levar à região toda a expertise da instituição, reconhecida pelo atendimento humanizado e de excelência, ampliando o acesso à assistência de qualidade e reduzindo a necessidade de deslocamento de pacientes para Belo Horizonte.

Os recursos financeiros para promoção de seus objetivos estatutários são provenientes da prestação de serviços assistenciais, do convênio celebrado com a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte para atendimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), de contratos com operadoras de planos de saúde, de parcerias públicas oriundas de emendas parlamentares, de programas federais de renúncia fiscal, do atendimento a pacientes particulares, de doações e dos rendimentos de aplicações financeiras. Registra-se que a totalidade dos recursos é integralmente aplicada no território nacional, em conformidade com seus objetivos institucionais.

2. Declaração de continuidade

A Associação Mário Penna enfrentou no seu passado recente uma crise financeira que alterou drasticamente sua estrutura, culminando com o fechamento da sua unidade Hospital Mário Penna, impactando, inclusive, a assistência. A credibilidade da associação foi seriamente prejudicada, levando a processo de intervenção do Ministério Público.

Neste contexto, em 2019 foi elaborado um Plano de Ação Emergencial pela diretoria eleita com o intuito de mitigar a crise enfrentada. Essa diretoria, composta pelo Diretor Presidente Marco Antônio Vieira Leite, ocupante do cargo desde o fim de 2019; e demais diretorias; sendo elas: Diretoria de Relações Institucionais e Administrativa ocupada por Israel Gonzaga; Diretoria Financeira, exercida

pelo Gladstone Andrade Silva Junior; Diretoria de Gestão Corporativa sob o comando do Dr. Virgílio Baião Carneiro.

O Plano de Ação Emergencial foi executado, objetivando não só a reestruturação financeira, administrativa e estrutural da AMP, mas a aplicação das atividades institucionais. Em síntese, em aproximados 05 (cinco) anos de gestão, a equipe diretora formada conseguiu equalizar a situação financeira da instituição. Apurados mais de mil e quinhentos protestos por dívidas inadimplidas, a AMP atualmente quitou e baixou todos os protestos e restrições nos órgãos de proteção como (SPC e SERASA). Conjuntamente a esse avanço, a nova gestão conseguiu sanear as dívidas fiscais, trabalhistas, cíveis e até as pendências vinculadas ao recolhimento do FGTS. Esses fatores, além de garantirem a saúde administrativa, financeira e fiscal da AMP, permitiram que essa instituição evoluísse, permitindo que as suas atividades institucionais fossem realizadas sem intemperes.

Finalmente, cumpre ser exposto que toda o Plano de Ação Emergencial e Recuperação foi executado em conformidade com a realidade financeira da instituição, de modo a permitir que a AMP obtivesse e acumulasse, por cinco anos consecutivos, um superávit financeiro.

3. Base Preparação

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram elaboradas de acordo com a NBC TG 1000 (R1), emitida pelo CFC e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em observância às disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidades de Lucros, aprovada pela resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade e a NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, no que aplicável.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são elaboradas em Real, que é a moeda funcional da associação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real estão arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas de CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que aferem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados gerais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

- **Investimentos** - Nota Explicativa nº 11 (estimativa do valor justo).
- **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - Nota Explicativa nº. 6 (principais premissas em relação aos valores e probabilidade de não recebimento do contas a receber).
- **Imobilizado (depreciação)** - Nota Explicativa nº.10 (mensuração da estimativa de vida útil).
- **Provisão e contingências** - Nota Explicativa nº.18 (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de caixa).

Mensuração do valor justo

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Seja a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a Diretoria analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC's , incluindo a hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Diretoria da associação.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a associação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação.

4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A associação reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos, inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A associação não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a associação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela associação nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a associação tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

A associação reconhece passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados e sua baixa ocorre quando a associação tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A associação classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria "Outros passivos financeiros". Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A associação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, parcelamentos tributários, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

b. Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é mensurada pelo valor justo, conforme determinado pelo CPC, e quaisquer alterações no valor justo em períodos subsequentes também são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição de um ativo. Os custos de ativos construídos pela própria associação incluem os custos de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que Benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela associação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

d. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Associação Mario Penna sobre condições de que a associação não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da associação, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidade Geradora de Caixa (UGC). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou a UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a associação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f. Receita

A receita operacional é reconhecida no momento do fechamento das contas dos convênios e da remessa do faturamento aos convênios, incluindo SUS. Nas atividades de Telemarketing (call center) são reconhecidas no fechamento mensal dos contratos de doação junto as fontes arrecadoras.

g. Receitas financeiras e despesas financeiras

A receita de juros abrange basicamente rendimentos sobre aplicações financeiras e variações monetárias ativas. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis a aquisição, a construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado no período em que são incorridos.

h. Determinação do ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo e calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado considerando os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base na melhor estimativa da Administração, a associação concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

i. Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de Benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a associação tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Subvenções

As subvenções recebidas para custeio e investimento são reconhecidas no resultado somente quando atendidos os requisitos para esse reconhecimento.

k. Tributos

A associação é imune a tributos que são objetos de renúncia fiscal, concedida através do certificado de filantropia, os quais compreendem: IRPJ, CSLL, COFINS, ISSQN, IPTU, IPVA, IOF e INSS.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixas	312	199
Depósitos a vista	2.656	3.590
Aplicações financeiras (i)	29.734	17.056
Caixa e equivalentes de caixa	32.702	20.844

6. Contas a receber de clientes

	2025	2024
SUS - Prefeitura Municipal de Belo Hte	32.531	13.948
IPSEMG - Instituto de Previdencia dos Servidores d	14.870	15.090
UNIMED - Cooperativa de trabalho médico	6.242	6.769
Bradesco Saúde S.A.	1.098	1.326
Aeronautica Centro Inst. e Adap.	634	503
IPSM - Instituto Previdencias dos Servidos Militar	528	1.401
Amil Planos por administração Ltda	418	338
Companhia Vale do Rio Doce	410	256
Vitallis Saúde S.A.	296	348
Cassi - Banco do Brasil S.A.	272	311
Sul América	237	-
Samedil Serviço de Atendimento (Med Senior)	196	196
Aurora Saúde Ltda	201	-
PROMED - Assistencia Médica Ltda.	165	165
Cemig Saúde (Forluz)	148	-
Fusex	122	-
Copass AECO	112	-
Casu - UFMG	91	265
Prontomed Planos de Saúde Ltda	63	86
Fundação Saúde Itau	60	60
Particulares	54	260
Saude Caixa Economica Federal	51	-
Outros Convênios	3.000	1.944
	<u>61.800</u>	<u>43.264</u>
Provisão p/ Crédito de Liq. Duvidosa	(7.148)	(11.191)
Total Geral	<u>54.652</u>	<u>32.073</u>

É prática da associação constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na ausência de expectativa de recebimento dos clientes que, geralmente, considera: a receber com 09 meses de atraso; e valores glosados pelo SUS e convênios que ainda não foram recebidos e estão sob discussão.

A exposição da associação a riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas, exceto construção em andamento, e divulgada na Nota Explicativa nº 19.

7. Estoques

	2025	2024
Drogas e Medicamentos	2.249	1.681
Material médico hospitalar	1.798	1.347
Medicamentos SES/MG	1.360	3.860
Quimioterapicos	7.668	4.604
Material de Consumo Gerais	823	482
OPME's	176	258
Insumos Laboratoriais	385	210
Outros	406	41
Total	14.865	12.482

A associação registra os estoques recebidos de doações dos quais já possua a titularidade e posse.

8. Adiantamentos

	2025	2024
Adiantamento a fornecedores	2.889	2.223
Adiantamento de pessoal	208	122
Adiantamento para Importações	20	1.208
Outros	3	119
	3.120	3.673

São registrados os adiantamentos a fornecedores de materiais e adiantamentos de funcionários que no caso, trata-se de férias.

Os adiantamentos a fornecedores são efetuados quando verificado vantagens de negociação de compras em relação a preços e quando aquisição dos bens em caráter de urgência.

9. Outros Valores a Receber

Nesta rubrica estão registrados os valores decorrentes da alienação do imóvel localizado na Avenida Churchill, número 232, Bairro Santa Efigênia, anteriormente classificado como propriedade para investimento. O referido imóvel foi vendido à Fundação Lucas Machado - FELUMA, conforme contrato firmado, passando a gerar créditos a receber pela entidade. Os valores correspondem às parcelas pactuadas no instrumento de compra e venda, cujo recebimentos serão reconhecidos na data que ocorrerem. contabilmente de acordo com o regime de competência.

	2025	2024
Outros Valores a receber	18.790	-
Circulante	15.032	
Não circulante	3.758	

10. Imobilizado / Intangível

	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos Hospitalares	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Computadores e periféricos	Intangível	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>102.187</u>	<u>73.943</u>	<u>8.499</u>	<u>950</u>	<u>2.580</u>	<u>9.934</u>	<u>8.007</u>	<u>5.604</u>	<u>211.704</u>
Adições		5.157	369	501	10	376	104	87.896	94.413
Transferência	2.242					(16)	16	(2.842)	(600)
Baixas		(603)	(7)			(31)			(641)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>104.429</u>	<u>78.497</u>	<u>8.861</u>	<u>1.451</u>	<u>2.590</u>	<u>10.263</u>	<u>8.127</u>	<u>90.658</u>	<u>304.876</u>
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(16.360)</u>	<u>(49.429)</u>	<u>(6.359)</u>	<u>(328)</u>	<u>(2.219)</u>	<u>(6.187)</u>	<u>(7.392)</u>	<u>(2.730)</u>	<u>(91.004)</u>
Transferência					-				-
Adições	(2.183)	(4.951)	(465)	(237)	(76)	(1.015)	(198)	(169)	(9.294)
Baixas		581	3			7			591
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>(18.543)</u>	<u>(53.799)</u>	<u>(6.821)</u>	<u>(565)</u>	<u>(2.295)</u>	<u>(7.195)</u>	<u>(7.590)</u>	<u>(2.899)</u>	<u>(99.707)</u>
Em 31 de dezembro de 2024	85.827	24.514	2.140	622	361	3.747	615	2.874	120.700
Em 31 de dezembro de 2025	85.886	24.698	2.040	886	295	3.068	537	87.759	205.169

As adições registradas no grupo “Outros” referem-se substancialmente a **imobilizado em curso**, composto por gastos incorridos com **aquisição de imóvel, despesas relacionadas à construção, reformas estruturais, instalações** e demais investimentos necessários para implantação do novo hospital atualmente em desenvolvimento. Esses desembolsos incluem custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de uso, tais como serviços de engenharia, obras civis, adequações prediais e demais itens elegíveis à capitalização, conforme estabelecido pelo **CPC 27 - Ativo Imobilizado**.

O empreendimento encontra-se em fase avançada de implantação, com previsão de **início das operações em meados de 2026**. Assim, os valores permanecerão registrados como imobilizado em curso até que o ativo esteja disponível para uso, momento em que será efetuada a **transferência para as categorias definitivas** do imobilizado e iniciada a correspondente depreciação.

11. Investimentos

O imóvel localizado na Avenida Churchill, número 232, Bairro Santa Efigênia, que estava registrado nesta conta, no ano de 2024, foi vendido à Fundação Lucas Machado - FELUMA. Permanecem registrados nesta rubrica apenas os imóveis recebidos em doação pela associação, os quais se encontram destinados à venda, conforme decisão da administração.

12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos foram obtidos para capital de giro e são garantidos por parte dos valores a receber do faturamento do SUS. Para mais informações sobre a exposição da Associação Mario Penna a riscos de taxa de juros e liquidez, veja Nota Explicativa n° 19.

Instituição	Encargos financeiros	Início	Vcto	Valor de face	2025	2024
Banco Bradesco S/A	1% a.m.	abr-18	abr-25	10.003	-	911
Caixa Econômica Federal	0,68% a.m. + TR + Taxa	fev-22	fev-32	52.711	39.617	43.550
Caixa Econômica Federal	0,6383 % a.m. + TR + Taxa	ago-22	ago-27	18.500	7.330	11.098
Caixa Econômica Federal	0,6383 % a.m. + TR + Taxa	out-22	out-32	9.812	7.826	8.510
Caixa Econômica Federal	0,37% a.m. + 100% CDI	mar/23	abr/28	6.000	-	4.138
Banco Sicoob Credicom	1,20% a.m.	nov/23	nov/27	6.000	3.660	5.203
Banco Sicoob Credicom	1,20% a.m.	nov/23	nov/27	6.000	3.660	5.203
Caixa Econômica Federal	1,16 % a.m	dez/23	jan/29	10.104	7.572	9.410
Banco do Brasil	1,10 % a.m.	jul/24	ago/25	700	-	700
Caixa Econômica Federal	0,27 % a.m. + 100 % CDI	fev/25	mar/35	25.000	24.664	-
Sisprime do Brasil	0,20 % am + 100 % CDI	out/25	out/35	25.000	25.753	-
Conta Garantida	1,60 % a.m			-	-	-
					120.081	88.723
				Circulante	18.518	17.352
				Não circulante	101.563	71.371

13. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores de Materiais	6.558	5.338
Fornecedores de Serviços	<u>3.340</u>	<u>4.382</u>
	9.898	9.720
Circulante	9.645	8.994
Não circulante	253	726

A exposição da associação aos riscos de moeda e de crédito, relacionados a fornecedores e outras contas a pagar, encontra-se divulgada na Nota Explicativa n° 19.

14. Obrigações trabalhistas e sociais

São compostas por débitos relativos à remuneração dos colaboradores, paga no mês seguinte ao qual foi incorrida e, também, das provisões trabalhistas.

No caso de FGTS e INSS estamos com parcelamento em andamento.

	2025	2024
Salários e Ordenados	3.800	2.101
FGTS a Pagar	700	627
Inss a Pagar	626	570
IRRF a Pagar	557	578
Provisões de Férias e Encargos	7.071	6.445
Outras obrigações trabalhistas	<u>350</u>	<u>1.832</u>
	13.104	12.153
Circulante	13.104	12.153
Não circulante	-	-

15. Obrigações Tributárias e outros

	2025	2024
ISSQN - Retenções s/serviços	568	468
INSS Retido	239	91
Pis, cofins e CSL	245	167
IRRF s/serviços	64	44
Outros Parcelamentos	297	1.210
	<u>1.414</u>	<u>1.980</u>
Circulante	1.320	1.370
Não circulante	94	611

Como a associação possui imunidade tributária, as obrigações são essencialmente derivadas de impostos e contribuições retidas.

Outros parcelamentos, trata-se de parcelamentos em andamento com a receita federal e diretamente efetuado com a PGFN.

16. Adiantamento de clientes

Os adiantamentos de clientes, R\$ 711 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 1.924 em 31 de dezembro de 2024, referiam-se em 2024 em grande parte, ao adiantamento da Fundação Educacional Lucas Machado - FELUMA, conforme contrato de locação do imóvel situado na Avenida Churchill, número 232, Bairro Santa Efigênia.

O referido imóvel foi vendido à FELUMA, não havendo mais adiantamentos relacionados a este contrato. Atualmente, os saldos registrados nesta rubrica correspondem a adiantamentos de clientes particulares e a adiantamentos de aluguel, conforme contratos vigentes.

17. Subvenções e Convênios governamentais

A associação, possui em 31 de dezembro de 2025, mais de quinze convênios em execução, os convênios têm suas execuções previstas de acordo com o plano de trabalho individual de cada termo de convênio, dessa forma possuem suas contraprestações reconhecidas no passivo com a obrigação até que tenham objeto do convênio realizado.

	2025	2024
PRONON - Convênio SES nº 1321001746/2021	2.334	2.537
PRONON - Biobanco	2.300	2.997
PRONON - Convênio SES nº 1321001746/2021	875	1.005
PRONON - Cuidados Paliativos	143	172
PRONON - Ressonancia Magnetica	971	1.134
PRONON - Sala Integrada	1.181	1.567
PRONON - Equipamentos PBH	1.054	1.672
PRONON - PET CT	995	1.490
PRONON - Laringe	420	572
PRONON - 2024	8.199	5.223
Convênio 1321001746/2024 - Hospital Regional de Teofilo Otoni	107.913	-
Convênio com o Ministério Publico Federal	377	494
Emenda Parlamentar Portaria 1684/2022	6.213	23.959
Fundo Municipal do Idoso	-	2
FAPEMIG	5.712	6.441
Outros Convênios	49.388	4.088
	<u>188.075</u>	<u>53.352</u>
Circulante	180.130	42.328
Não circulante	7.944	11.024
Total de Convênios	188.075	53.352
Recursos Vinculados		
Saldo Bancário / Aplicações de convênios	157.216	34.504
Imobilizado / Intangível - Restrito	30.859	18.848
Total de Recursos vinculados	188.075	53.352
Total de Recursos vinculados a Convênios	188.075	53.352
Total de Convênios	188.075	53.352
Saldo de Convênios vinculados / restritos	<u>-</u>	<u>-</u>

18. Provisão para perdas e contingências

A associação registra provisões para fazer face aos seus passivos potenciais. Com base nas informações de assessores jurídicos, na análise dessas questões e atendendo a probabilidade de

perda de cada ação judicial, foi constituída uma provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais responsabilidades futuramente exigíveis, conforme a seguir:

- (a) **Trabalhistas:** Os processos trabalhistas relacionam-se a ações movidas por ex-funcionários pleiteando, em sua maioria, o pagamento de hora extra e insalubridade. Em 31 de dezembro de 2025 temos R\$ 6.623 de causas prováveis e R\$ 1.781 de causas possíveis.
- (b) **Cíveis:** As provisões cíveis referem-se a processos de indenização, na grande maioria do Hospital Luxemburgo. Em 31 de dezembro de 2025 temos R\$ 3.988 de causas Prováveis e R\$ 3.787 Mil de causas possíveis.

A associação mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a associação figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possíveis não são reconhecidos contabilmente.

19. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A associação possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de Crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da associação para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e o gerenciamento do capital da associação.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a associação incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, em razão da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é proveniente, basicamente, das contas a receber de clientes e bancos.

Contas a receber e outros recebíveis

A exposição da Associação Mario Penna a risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Clientes e outras contas a receber são referentes, ao Governo Federal através do SUS e também a diversos Planos e Seguradoras de saúde.

A associação estabelece uma provisão para perda com recuperação que representa sua estimativa de despesas incorridas com as contas a receber e outros recebíveis. O principal componente dessa provisão é o item de perda específico relacionado a exposições individuais.

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento do contas a receber na data das demonstrações financeiras, era a seguinte:

A vencer	54.652
Vencidos superior a 365 dias	<u>7.148</u>
	<u><u>61.800</u></u>

Conforme Nota Explicativa número 6, para os valores acima, foi reconhecido o montante de R\$ 7.148 (R\$ 11.191 em 2024) a título de provisão para perdas por valor recuperável.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passíveis financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da associação.

A associação garante que possui caixa a vista suficiente para cumprir com as despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras, isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio, as taxas de juros e os preços de ações - irão afetar os ganhos da Associação e o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. Os riscos e as análises são conduzidos dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria Financeira.

20. Patrimônio Líquido

Patrimônio social / Ajuste de avaliação patrimonial

O patrimônio da associação é constituído pela dotação inicial já integralizada por seus instituidores e por bens e valores que a este patrimônio venham a ser adicionados por dotações de qualquer natureza, oriundas de instituições ou entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas naturais, com o fim específico de incorporação ao seu patrimônio. O Ajuste de avaliação patrimonial representa a contrapartida do aumento do imobilizado decorrente da adoção do custo atribuído levantado pela associação em 2010. Conforme prática contábil vigente, sua realização ocorre de forma proporcional a depreciação dos bens que geraram seu registro, sendo absorvido pelo superavit ou déficit do exercício.

Superavit (déficit) acumulado

Corresponde ao superavit ou déficit de exercícios anteriores, bem como do exercício corrente.

21. Receitas

Demonstramos abaixo a composição das receitas da associação. Salientamos que as subvenções são referentes a assistências governamentais na forma de contribuição de natureza pecuniária, concedidas em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas as atividades operacionais da entidade, ligadas a área da saúde.

	2025	2024
SUS - Sistema Único de Saúde	80.068	74.075
Saúde suplementar	125.040	111.250
Particulares	5.189	4.519
Subtotal de serviços hospitalares (i)	210.297	189.844
Convênios e Emendas Governamentais	36.598	61.076
Incentivos 100 % SUS	57.047	-
Valora Minas - Política de atenção	6.499	5.869
Incentivo de Adesão à Contratualização	2.588	2.715
Outros incentivos e subvenções	56.120	43.378
Subtotal de Subvenções Hospitalares	158.852	113.037
Subtotal de receitas operacionais (i+ii)	369.149	302.882
Doações	28.285	33.131
Outras receitas	8.141	9.365
Total de outras receitas (iii)	36.425	42.497
Imunidade e isenções tributárias (Nota 22)	63.130	50.737
Total das receitas (i+ii+iii)	468.704	396.115

22. Custos dos serviços prestados

	2025	2024
Custo com pessoal	100.668	89.929
Custo com materiais e medicamentos	125.597	106.084
Prestação de Serviços	73.875	61.796
Custos Total	300.140	257.809

23. Imunidade tributária

	2025	2024
INSS patronal	21.888	19.665
ISSQN - Imposto sobre serviços	6.309	5.695
COFINS	6.309	5.695
PIS	1.367	1.234
PIS s/folha de pgto	787	707
CSLL - Contribuição social	6.530	4.598
IRPJ - Imposto de Renda	19.515	12.747
IPTU - Imposto territorial urbano	424	395
Total	63.130	50.737

24. Receitas (despesas) financeiras líquidas

	2025	2024
Receitas com aplicações financeiras	3.265	960
Descontos Obtidos	112	101
Outras receitas financeiras	1.599	85
Total de receitas financeiras	4.975	1.146
Juros s/financiamentos	14.494	11.916
Juros, multas e taxas sobre protestos	-	92
Juros e multas sobre parcelamentos diversos	129	273
Juros sobre conta garantida	-	118
Juros e multas sobre atrasos de pagamentos	60	172
Outras despesas financeiras	900	622
Total de despesas financeiras	15.583	13.193
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(10.608)	(12.046)

25. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por valores de risco declarados de R\$ 179 Milhões para cobertura contra risco dos edifícios da associação e R\$ 12 Milhões para conteúdo de responsabilidade civil e R\$ 200 Mil para a frota de veículos da associação.

26. Eventos Subsequentes

Em janeiro/2026, a IMP assumiu a administração e execução da Linha de Cuidados Oncológicos de Betim, que reúne outros 12 municípios, fortalecendo a rede pública e ampliando o acesso a serviços de alta complexidade. Em Betim, a nova gestão permitirá uma linha de cuidado ainda mais estruturada, com diagnóstico, tratamento e acompanhamento multiprofissional.

Marco Antonio Viana Leite

Presidente

Gladstone Andrade Silva Junior

Diretor Financeiro

Jussara Cruz Braga

Controller / CRC-MG - 069947/O-0